

Educaçã
Por uma educação
respeito às
difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • março/2007 • página 1

JOVENS, TRABALHO E REFORMAS EDUCACIONAIS

Celso João Ferretti

Matéria publicada na:

Edição de número 6 da revista Onda Jovem, sob o título: Questão de Mercado

Novembro de 2006

 *Fundação Carlos Chagas*



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • março/2007 • página 2

Autor

Celso João Ferretti

Fundação Carlos Chagas

Universidade de Sorocaba

É necessário considerar, inicialmente, que para os jovens de hoje, especialmente os de idade mais baixa, as transformações que vêm se processando na vida social em geral, e no trabalho e emprego, em particular, estão, provavelmente, menos recheadas de história, ou estão recheadas das suas histórias particulares, das de suas famílias e amigos, de modo que as contraposições e reflexões que podem produzir sobre elas são limitadas, conduzindo a uma certa naturalização daquilo com que se deparam porque nasceram e cresceram quando as mudanças já estavam em curso. No entanto, vivem experiências concretas de situações que podem se lhes apresentar como inteiramente novas, a partir de suas próprias histórias particulares: o desemprego de pais, de irmãos mais velhos, de amigos e, evidentemente, de seu próprio.

Publicações recentes e criteriosas sobre a juventude brasileira (Novaes e Vanucchi, 2004; Abramo e Branco, 2005), abordando, entre outros, o tema do trabalho, apresentam dados e reflexões que obrigam a considerar mais de perto não apenas a situação dessa parcela da população frente ao mercado de trabalho, mas também seu olhar sobre o trabalho como fenômeno social e como valor. Dados estatísticos disponibilizados nessas publicações dão conta de que o acesso ao mercado de trabalho e a permanência nele constituem uma das principais preocupações dos jovens no plano mundial, dado que, segundo a OIT, em 2003, os jovens constituíam cerca de 47% dos desempregados do mundo (Branco, 2005). A situação é mais séria em países como o Brasil, em que a população da mesma faixa de idade constituía, em 2001, 25% da PEA, da qual 50% estavam desempregados (Pochmann, 2004) e em proporção muito maior que os adultos, pois enquanto a taxa de desemprego jovem era da ordem de 18%, a média nacional era de 9,4%.

Não admira, portanto, que Guimarães (2005) tenha encontrado entre os jovens investigados na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”¹ interesse intenso pelas questões relativas ao

¹ A pesquisa se propôs a realização de um levantamento quantitativo de informações tendo por referência uma amostra de 3501 jovens, contemplando diferentes dimensões geográficas, múltiplas variáveis e um conjunto de temas que abarca vários aspectos da vida juvenil.



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • março/2007 • página 3

trabalho e enorme preocupação com o desemprego. As manifestações destes conferem centralidade ao trabalho, situando-o acima de referências e valores culturais e sociais como relacionamento amoroso, família, religião, sexualidade, Aids, drogas, violência e esporte. Todavia, esses dados não podem ser tomados homogeneamente, pois o sentimento de impotência diante do desemprego é sentido mais pelos jovens de baixa renda, com menor escolaridade, negros e com idade mais elevada (21 a 24 anos).

Embora a educação não tenha ocupado posição tão destacada quanto o trabalho no conjunto de interesses e preocupações dos jovens pesquisados, é importante ressaltar, de acordo com Guimarães (idem), que, como valor, ela se ombréia ao trabalho. É possível que isso se deva ao fato de que, apesar dos pesares, a educação está mais “disponível” que o trabalho. Com efeito, Sposito (2005), baseada na mesma pesquisa utilizada por Guimarães, chama a atenção para a ocorrência da expansão do ensino brasileiro entre 2001 e 2003, a qual seria responsável por um salto significativo na proporção de matriculados ao final do período.

No entanto, a educação ocupa uma posição ambígua nesse contexto. De um lado, é exaltada pelas contribuições que poderia oferecer para a constituição de sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais igualitárias e mais democráticas e, de outro, especialmente em países periféricos, profundamente questionada, por não estar em condições de garantir à população em geral o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos que poderiam garantir-lhe os benefícios decorrentes de sua pertença à sociedade.

No caso brasileiro, esse questionamento se dá predominantemente em relação à educação pública e, portanto, à ação do Estado, não raro opondo-a à atuação da iniciativa privada, generalizada e erroneamente considerada de melhor qualidade e, por isso, mais eficiente. Por esse motivo, assistiu-se, no país, especialmente a partir da década de 1990 do século passado, não só uma radicalização desse questionamento, feito inclusive pelo próprio Estado que dele anteriormente se defendia, mas também a adoção de medidas que, segundo o discurso corrente, oficial ou não, tinham por objetivo superar as deficiências historicamente constatadas, mas só recentemente admitidas e assumidas e, ao mesmo tempo, elevar o nível de qualidade da educação pública de modo que esta cumprisse o papel que lhe caberia, segundo tais discursos, na promoção do desenvolvimento nacional.

O pressuposto do Ministério da Educação e do Desporto ao produzir e implementar as reformas do Ensino Médio e do Ensino Técnico na década de 1990 foi o de que a educação básica e a formação profissional continuada constituiriam os pilares para a inserção competi-



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • março/2007 • página 4

va do país no mercado internacional globalizado. Nessa linha de raciocínio, as reformas nacionais que vêm sendo implementadas parecem visar principalmente a adaptação do sistema educacional às demandas do setor produtivo, querendo fazer crer, ao mesmo tempo, que elas seriam da sociedade como um todo. Os argumentos brandidos neste caso seriam, de um lado, a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico sustentado, na perspectiva da chamada “competitividade autêntica”, a qual, por suposto, promoveria maior equidade social; de outro lado, argumenta-se, que a educação contribuiria para a mesma equidade pela via da promoção da “empregabilidade” individual, em particular daqueles que não tiveram acesso à escolaridade de alto nível, nem possuem qualificações profissionais apuradas, o que justificaria não só sua exclusão do sistema formal de empregos e mesmo de várias atividades laborais no âmbito da informalidade, mas também o próprio investimento social na educação, o qual, por suposto, representaria a saída individual e coletiva para a crise do emprego em que vivemos.

Esse tipo de enfoque tende a atribuir à educação um papel central no encaminhamento de questões econômicas e sociais, o que ultrapassa de muito suas possibilidades concretas de oferecer respostas a tais expectativas. A resultante objetiva é frustração posto que, de um lado, o lugar ocupado pelo país no contexto da economia internacional tem outras determinações tão ou mais importantes que o nível educacional da população. Mais que isso, o enfoque coloca sobre os ombros dos indivíduos uma carga de responsabilidades que não lhes diz respeito, uma vez que as determinações do desemprego situam-se no plano econômico e político e não apenas ou principalmente no maior ou menor nível de educação e qualificação profissional dos demandantes a um espaço no mercado de trabalho.

Supondo, no entanto, que o argumento seja incorreto (o que não creio) ou esteja ultradimensionado (o que é possível) caberia perguntar que qualidade de formação tem sido oferecida aos jovens que procuram o Ensino Médio e o Ensino Técnico. Essa avaliação é hoje possível, seja com base em pesquisas qualitativas, seja em função dos repetidos resultados do ENEM. Qualquer que seja a fonte, a conclusão é que a qualidade do ensino público oferecido à maior parte da população jovem, especialmente a mais empobrecida, é muito precária, em função de uma série de fatores, que vão das instalações físicas e equipamentos à natureza das propostas educativas em curso, passando pela formação dos professores e pelo financiamento.

É, por isso, injusto e, mais que isso, perverso, responsabilizar os jovens pelas dificuldades que encontram em inserir-se no mercado de trabalho, considerando prioritariamente sua bagagem escolar. Um exemplo flagrante disso é apresentado por Sposito (2005, p. 104): “(...) o

difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • março/2007 • página 5

desemprego afeta a todos, mas na amostra investigada atingiu em maior grau os que estavam tendo acesso ao ensino médio ou já haviam concluído essa etapa da escolaridade”. Dados como estes, os quais têm sido referendados por outros estudos, evidenciam que a relação entre escolaridade e trabalho é mais complexa do que sugere o simplismo da teoria do capital humano.

Finalmente, é necessário considerar a situação dos jovens que estão fora da escola ou em situação de defasagem idade/série. Kuenzer (2006), analisando as políticas educacionais de educação profissional dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, mostra como elas tendem, de um lado, à privatização do atendimento, à formalização das relações entre educação profissional e educação básica, à ênfase no conhecimento tácito ao invés de no conhecimento técnico-científico, à pulverização de ações e à duplicação de recursos alocados aos programas e, de outro, a resultados pouco animadores. Por isso, defende a necessidade de revisão profunda de tais políticas, proposição com a qual me alinho, salientando, no entanto, que não existem soluções fáceis para a complexa e contraditória relação entre educação e trabalho, especialmente quando o foco das preocupações se localiza no enorme contingente empobrecido de jovens brasileiros. ✕

Referências bibliográficas

- ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- BRANCO, P. P. M. (2005). Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 129-148.
- GUIMARÃES, N. A. (2005). Trabalho: uma categoria –chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 149-174.
- KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000 : a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Campinas : *Educação & Sociedade*, vol. 27, n 96 – Especial, p. 877-910, out. 2006
- NOVAES, R. e VANUCCHI, P. (orgs.) (2004). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • março/2007 • página 6

- POCHMANN, M. (2004). Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. e VANUCCHI, P. (orgs.) (2004). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 217-241.
- SPOSITO, M. (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.) (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 87-127.